Victor Jorge Sanches Campos

Determinantes da Legibilidade das Notas Explicativas de Entidades Públicas Reclassificadas Portuguesas

Um Estudo Empírico no Setor da Saúde

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2024

Victor Jorge Sanches Campos

Determinantes da Legibilidade das Notas Explicativas de Entidades Públicas Reclassificadas Portuguesas

Um Estudo Empírico no Setor da Saúde

Dissertação

Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professor Doutor Dante Baiardo Viana Junior

Universidade do Algarve

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2024

Declaração de Autoria e Copyright

Determinantes da Legibilidade das Notas Explicativas de Entidades Públicas Reclassificadas Portuguesas

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Victor Jorge Sanches Campos)

…….....…..

(assinatura)

© Copyright: Victor Jorge Sanches Campos

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representa a culminação de uma jornada de aprendizado e crescimento, e não teria sido possível sem o apoio e orientação de tantas pessoas especiais.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha mais sincera gratidão ao meu orientador, cuja paciência, conhecimento e dedicação foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Obrigado por acreditar no meu potencial e me guiar com sabedoria em cada etapa deste percurso.

Agradeço também à Universidade do Algarve, instituição que me proporcionou uma base sólida de conhecimento e a oportunidade de evoluir como estudante e como ser humano. A todos os professores que me acompanharam ao longo da licenciatura, sou profundamente grato pelas lições, pelos desafios e pela inspiração que me transmitiram. Cada um de vocês desempenhou um papel fundamental para que eu chegasse até aqui.

Não posso deixar de lembrar os professores do meu secundário, do colégio Funlec, em Três Lagoas - MS, Brasil, que me ajudaram a construir os alicerces da minha educação. Vocês foram os primeiros a acreditar no meu potencial e a me incentivar a buscar novos horizontes.

Aos meus amigos, agradeço por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio nos momentos mais desafiadores e celebrando comigo cada conquista. A amizade de vocês foi um pilar essencial durante esta jornada, e sou profundamente grato por cada palavra de encorajamento e cada momento juntos.

Por fim, a quem dedico de todo o coração esta conquista: à minha família. Vocês sempre foram meu porto seguro, meu alicerce e a razão pela qual nunca deixei de acreditar em mim. Vocês me ensinaram a importância da resiliência, do amor e do comprometimento. Aos que sempre acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu cheguei a duvidar, e que celebraram cada conquista como se fosse sua própria, o meu mais profundo e eterno agradecimento. Este é tanto o meu triunfo quanto o de vocês.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o nível de legibilidade das notas do Anexo às demonstrações financeiras de uma amostra de Entidades Públicas Reclassificadas (EPRs) do setor da saúde e identificar quais características dessas entidades (i.e., tamanho da entidade e tangibilidade dos ativos) e outros fatores externos (pandemia da COVID-19 e o tamanho do município) influenciam diretamente esse aspeto. Utilizando o índice *Flesch* como ferramenta de mensuração, observou-se que a legibilidade das notas explicativas é frequentemente dificultada pelo uso excessivo de terminologia técnica, pela complexidade das frases e pelo tamanho do texto referente a esses relatórios. Ademais, verificou-se que características das entidades, como o tamanho do ativo, a tangibilidade e o tamanho do município, estão negativamente associadas à legibilidade das notas explicativas, enquanto o impacto da pandemia de COVID-19 não apresentou correlação significativa com a complexidade das narrativas contabilísticas analisadas. Os resultados sugerem ainda a necessidade de maior simplificação da linguagem utilizada nos relatórios financeiros das EPRs, de forma a promover maior transparência e acessibilidade.

Palavras-chave: legibilidade, Flesch Reading Ease, notas explicativas, EPRs, transparência, setor público.

ABSTRACT

This study aims to examine the readability level of the notes to the annexed financial statements of a sample of Reclassified Public Entities (EPRs) in the health sector, and to identify which characteristics of these entities (i.e., entity size and asset tangibility), as well as external factors (the COVID-19 pandemic and municipality size), directly influence this aspect. Employing the Flesch index as a measurement tool, it was observed that the readability of the explanatory notes is frequently impeded by the excessive use of technical terminology, the complexity of sentences, and the overall length of the text in these reports. Furthermore, it was determined that entity characteristics, such as asset size, asset tangibility, and municipality size, are negatively associated with the readability of the explanatory notes, whereas the impact of the COVID-19 pandemic did not display a significant correlation with the complexity of the analyzed accounting narratives. The findings also underscore the necessity of simplifying the language used in the financial reports of the EPRs to foster greater transparency and accessibility.

Keywords: readability, Flesch Reading Ease, notes to the financial statements, EPRs, transparency, public sector.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS ix

ÍNDICE DE FIGURAS x

LISTA DE ABREVIATURAS xi

LISTA DE ABREVIATURAS EM LATIM xiii

1. INTRODUÇÃO 1

2. REVISÃO DA LITERATURA 5

2.1. Legibilidade e sua Relevância no Relato Financeiro 5

2.2. Desenvolvimentos da Legibilidade 6

2.3. Desafios da Legibilidade das Demonstrações Financeiras 9

2.4. Fatores que Influenciam a Legibilidade 12

3. METODOLOGIA 17

3.1. Variáveis do Estudo e Modelo Econométrico 17

3.2. Seleção da amostra 19

3.3. Coleta e Análise de Dados 22

4. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS 26

4.1. Resultados Gerais 26

4.2. Tamanho do Anexo das EPRs 28

4.3. Legibilidade 35

4.4. Aplicação do Modelo Proposto 39

4.5. Teste de Robustez: Flesh x Fog Index 43

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 45

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 48

ANEXO A. Níveis de legibilidade das notas explicativas 51

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Fatores com Influência Direta no *Score* de Legibilidade.....15
Tabela 2. Entidades por nº de habitantes e por NUTS II 20
Tabela 3. Evolução do Ativo total por entidade 21
Tabela 4. Flesh Reading Index e Grau de Escolaridade Estimado 24
Tabela 5. Estatísticas descritivas das variáveis de tamanho e legibilidade – 2019 a 2022 27
Tabela 6. Total de Palavras – 2019 a 2022.....28
Tabela 7. Total de Sentenças – 2019 a 2022 30
Tabela 8. Total de Palavras Complexas – 2019 a 2022 33
Tabela 9. Total de Sílabas – 2019 a 2022.....35
Tabela 10. Índice de legibilidade Flesh - 2019 a 2022 37
Tabela 11. Matriz de Correlação das Variáveis 39
Tabela 12. Resultados da Regressão para o Índice de Legibilidade Flesh 41

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1. Evolução do Ativo - 2019 a 2022 22

LISTA DE ABREVIATURAS

DFs	Demonstrações Financeiras
EPRs	Entidades Públicas Reclassificadas
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
NCP	Norma de Contabilidade Pública
POC-P	Plano Oficial de Contabilidade Pública
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
SEC	Securities and Exchange Commission
OCC	Ordem dos Contabilistas Certificados
AT	Ativo Total
INE	Instituto Nacional de Estatística
TP	Total de Palavras
TS	Total de Sentenças
TSI	Total de Sílabas
TPC	Total de Palavras Complexas
OLS	Ordinary Least Squares
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDF	Portable Document Format
TMP	Tamanho Médio das Palavras
TMS	Tamanho Médio das Sentenças
IFRS	International Financial Reporting Standards
DGO	Direção-Geral do Orçamento
R&C	Relatório & Contas

MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OE	Orçamento do Estado
EPRs – RG	Entidades Públicas Reclassificadas em Regime Geral
EPRs – RS	Entidades Públicas Reclassificadas em Regime Simplificado
ULS	Unidades Locais de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SUMH	Serviços de Utilização Comum dos Hospitais

LISTA DE ABREVIATURAS EM LATIM

et al (el alia)	e outros

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre as práticas que moldam a forma de linguagem de apresentação das Demonstrações Financeiras (DFs) das organizações é vasta e apresenta o principal foco da comunicação no desenvolvimento socioeconómico das organizações: a prestação de contas com a maior fiabilidade possível e a demonstração adequada da realidade através dos relatórios contabilísticos. Sabe-se que aspetos como a dimensão das entidades, área geográfica, culturas dominantes, níveis de educação e sistemas políticos são variáveis com peso significativo e que são capazes de influenciar, diretamente, a eficácia da *accountability*, ou seja, a capacidade das entidades serem responsáveis e transparentes em suas ações e decisões financeiras (Hyndman & McConville, 2018).

Um dos princípios basilares das demonstrações financeiras e da contabilidade em si é a compreensibilidade. Este princípio estabelece que a informação contabilística veiculada nestas demonstrações deve ser clara e acessível para os seus utentes e *stakeholders*, pressupondo que estes possuam um conhecimento razoável das operações (*core business*) da entidade. Todavia, a prática revela que a complexidade intrínseca da linguagem contabilística e a proliferação de informações técnicas e complexas frequentemente obstaculizam essa compreensão (Jones & Smith, 2011). A compreensibilidade transcende a mera simplicidade textual, abrangendo também a forma como as informações são estruturadas e apresentadas. É imprescindível que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de maneira que facilite a interpretação e a análise por parte de todos os interessados, independentemente do seu grau de especialização em contabilidade ou finanças. Este aspeto assume particular relevância nas Entidades Públicas Reclassificadas (EPRs), onde a transparência e a clareza na prestação de contas são essenciais, de forma a manter e desenvolver a confiança pública (*accountability*) e assegurar uma gestão responsável e eficaz dos recursos públicos (Bovens et al., 2014).

Em Portugal, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) constitui o enquadramento normativo que regula a contabilidade pública, com o objetivo de promover a harmonização e a transparência na prestação de contas. Neste âmbito, segundo a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1, o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informações úteis para a tomada de decisões e para a responsabilização pela prestação de contas relativamente aos recursos que lhe foram confiados. Ao mesmo tempo, as normas de contabilidade pública também preveem que as informações sobre determinados assuntos sejam incluídas nas

demonstrações contabilísticas tendo em conta a sua relevância para o entendimento de acontecimentos inerentes à esta, com o foco principal na tomada de decisão dos utentes destes demonstrativos, não devendo ser excluídas, em hipótese alguma, sobre o pretexto da dificuldade de compreensão por certos *stakeholders*.

Além dos excertos anteriores, infere-se que atualmente, e desde o seu surgimento, a contabilidade é entendida como uma das principais ferramentas para a tomada de decisão dentro das entidades, sejam elas das mais variadas áreas. Especificamente sobre os hospitais caracterizados como EPRs, seus *stakeholders* são vários, que vão desde os utilizadores internos, como os gestores (diretores financeiros e administradores, por exemplo) e colaboradores, até as entidades externas, como investidores, bancos, Estado e a própria sociedade civil. Desta forma, a contabilidade, como ciência e ferramenta prática, deve ser capaz de transmitir informações compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis a esses utilizadores.

No que diz respeito à comunicação adequada de todas as informações financeiras e contabilísticas relevantes para a tomada de decisão, a eficácia desta apenas ocorrerá se a mensagem a ser transmitida for clara e concisa, a pensar sempre na compreensão daqueles que a irão interpretar.

Conforme Dias Filho (2000), a contabilidade deve desmistificar a sua linguagem e simplificar o processo de comunicação com os seus *stakeholders* de forma a facilitar e tornar mais realizável a transmissão de informações, representando a "linguagem dos negócios que é usada por muita gente", afirmando ainda que, embora conceitos complexos possam indicar progresso científico, não são necessariamente importantes na arte da comunicação. De forma semelhante, Beattie e Jones (2008) reforçam a necessidade de a contabilidade ser apresentada de maneira clara e acessível, destacando que a simplicidade na comunicação contabilística é fundamental para garantir que um público mais amplo, incluindo aqueles sem especialização técnica, como já referido, consiga compreender e utilizar a informação de maneira eficaz.

Além disso, estudos como os de Bonsón e Escobar (2006) corroboram essa visão, destacando que a legibilidade dos relatórios financeiros está diretamente relacionada à qualidade da tomada de decisões pelos usuários da informação contabilística. A partir disto, verifica-se que, embora a comunicação assente nos demonstrativos contabilísticos tenha evoluído com muito êxito em diversos ramos do conhecimento, como por exemplo

no *disclosure* das entidades privadas cotadas em bolsa, na contabilidade pública ainda não tem sido utilizada com a intensidade e detalhe necessários para elevar a eficácia e eficiência do seu sistema de informações. Li (2008), por exemplo, aponta que relatórios financeiros mais legíveis tendem a reduzir assimetrias de informação, promovendo uma maior transparência.

Considerando esse contexto, torna-se evidente a relação entre a complexidade da compreensão e avaliação das diversas informações contabilísticas apresentadas nas demonstrações financeiras, com ênfase especial ao Anexo das demonstrações financeiras. A legibilidade (*readability*) dessas informações no referido demonstrativo é crucial, visto que este desempenha um papel fundamental na explicação detalhada e contextualização dos dados contabilísticos apresentados, por exemplo, no Balanço e na Demonstração de Resultados.

Por todas estas razões, o nível de *readability* do Anexo é de suma importância para a fiabilidade do relato apresentado nas demonstrações financeiras das EPRs portuguesas. A clareza na comunicação contabilística, no Anexo, mitiga, por exemplo, os riscos de utilização de técnicas de linguagem complexas, que poderiam, ainda, "maquilhar" informações relevantes para os utentes, ou, até mesmo, evitar a divulgação excessiva de informações que não são relevantes para a tomada de decisão e não afetam a materialidade da divulgação.

Através dos excertos apresentados anteriormente, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o nível de legibilidade das notas do Anexo das demonstrações financeiras de uma amostra de Entidades Públicas Reclassificadas (EPRs) do setor da saúde e identificar quais características dessas entidades (i.e., tamanho da entidade e tangibilidade dos ativos) e outros fatores externos (pandemia da COVID-19 e o tamanho do município) influenciam diretamente esse aspeto. Na presente investigação, foram analisadas as notas explicativas de uma amostra de dezoito EPRs do referido setor, para os períodos compreendidos entre 2019 e 2022, com foco principal na legibilidade das informações contidas no Anexo dessas. Utilizando o índice *Flesch* como ferramenta de mensuração, observou-se que a legibilidade das notas explicativas é frequentemente dificultada pelo uso excessivo de terminologia técnica, pela complexidade das frases e pelo tamanho do texto referente a esses relatórios. Ademais, verificou-se que características das entidades, como o tamanho do ativo, a tangibilidade e o tamanho do município, estão negativamente

associadas à legibilidade das notas explicativas, enquanto o impacto da pandemia de COVID-19 não apresentou correlação significativa com a complexidade das narrativas contabilísticas analisadas.

Finalmente, os resultados obtidos reforçam a necessidade de simplificar a linguagem utilizada na elaboração das DFs das EPRs portuguesas analisadas, de modo a promover maior clareza e facilitar a compreensão por parte dos *stakeholders* dessas entidades, contribuindo para o desenvolvimento da transparência e da eficácia da comunicação financeira.

A presente pesquisa contribui para a literatura em dois aspetos principais. Primeiro, ao aplicar métricas de legibilidade, como o índice *Flesch*, à análise das notas explicativas de uma amostra de EPRs do setor da saúde, este estudo estende o uso dessas metodologias para o contexto da contabilidade pública em Portugal. Essa aplicação preenche uma lacuna importante, uma vez que os estudos existentes focam predominantemente no setor privado e em países de língua inglesa. Segundo, os resultados desta investigação abordam os desafios específicos enfrentados por estas entidades, destacando a necessidade de maior clareza e simplificação das notas explicativas, alinhando-se ao crescente foco na *accountability* e na transparência na gestão pública, conforme defendido por autores como Hyndman e McConville (2018).

Para além deste capítulo, este trabalho é composto por mais quatro secções. Na Secção 2, apresenta-se uma revisão da literatura que explora os conceitos de legibilidade no relato financeiro e a sua aplicação no setor público. A Secção 3 discute a metodologia adotada neste estudo, detalhando os procedimentos e critérios para a análise das notas explicativas da amostra de hospitais classificados como EPRs. Na Secção 4, são apresentados e analisados os resultados obtidos com base nas métricas de legibilidade aplicadas à amostra. Por fim, a Secção 5 contém as conclusões e as recomendações decorrentes desta investigação, destacando as implicações dos resultados para a prática contabilística no setor público.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise teórica referente a legibilidade, diretamente ligada a evidenciação (*disclosure*) no Anexo das EPRs e, posteriormente, efetuar um panorama das pesquisas e trabalhos realizados nos últimos anos.

2.1. Legibilidade e sua Relevância no Relato Financeiro

Estudos anteriores mostram que a transição do antigo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POC-P) para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) foi um grande marco para a evolução da contabilidade pública em Portugal, sobretudo no que diz respeito à harmonização com as Normas Internacionais do Setor Público (IPSAS) (Nunes *et al.*, 2019). Ao mesmo tempo, esta transição foi influenciada por pressões normativas, evidenciadas pelo nível de habilitações académicas dos profissionais responsáveis pela implementação do SNC-AP nas entidades e por pressões miméticas, na medida em que as entidades tentam imitar as práticas contabilísticas de outras entidades consideradas como as melhores práticas no subsetor em questão (Silva, 2023).

Nessa discussão, pode conjeturar-se que a implementação do SNC-AP não só alinhou a contabilidade pública portuguesa com padrões internacionais, mas também trouxe desafios significativos relacionados à adaptação e ao entendimento dessas novas normas pelos profissionais do setor (Alves, 2015). Com isso, vale ressaltar que atualmente, no âmbito do SNC-AP, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) tem aprovado 27 Normas de Contabilidade Públicas (NCPs), que exigem divulgações específicas e demandam atenção dos preparadores do Anexo. Algumas pesquisas evidenciam a existência de divergências quanto à real eficácia da informação preparada em regime do SNC-AP (Ribeiro, 2021). À luz do Anexo às demonstrações financeiras em regime do POC-P, embora contenha menos informação a divulgar do que as regidas pelas IPSAS, torna-se mais objetiva, dado a existência de um modelo definido, devidamente estruturado e com uma ordem determinada dos pontos a serem tratados, bem como as análises a efetuar em cada um desses pontos (Alves, 2015). Desta forma, entende-se que, apesar dos esforços para alcançar uma maior harmonização contabilística e desenvolver práticas que visem a eficiência da comparabilidade das informações, ainda persistem

alguns desafios a serem superados pelos preparadores de informação, sobretudo em áreas mais abstratas e complexas, como é o caso das áreas tratadas no Anexo (Yassaca, 2022).

2.2. Desenvolvimentos da Legibilidade

O *readability*, no contexto específico das DFs, ganhou destaque significativo na década de 1920 nos Estados Unidos. Esse período marcou o início de um movimento crescente para tornar as informações escritas mais acessíveis e compreensíveis para o público em geral. Nesse contexto, a educação contabilística nos Estados Unidos também começou a se formalizar durante a década de 1920, com instituições académicas e profissionais enfatizando a importância da clareza e precisão na comunicação financeira das entidades, enfatizando cada vez mais as informações qualitativas.

Embora as pesquisas formais sobre a legibilidade, como as desenvolvidas por Rudolf Flesch na década de 1940, tenham surgido posteriormente, as raízes desse movimento foram efetivamente estabelecidas nos anos 1920. Ao contextualizar o meio histórico da época, comparando até mesmo com os desenvolvimentos da contabilidade nas entidades privadas, a crise financeira de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, expôs as falhas na transparência das informações financeiras e resultou em uma perda de confiança generalizada no mercado de ações. Em resposta a essa crise, foram implementadas várias reformas regulatórias destinadas a proteger os investidores e restaurar a confiança no mercado financeiro. Em paralelo ao setor privado, a Securities Act de 1933 e a Securities Exchange Act de 1934 estabeleceram a Securities and Exchange Commission (SEC), que desempenhou um papel fundamental ao exigir que as empresas cotadas na altura divulgassem suas informações financeiras de maneira clara e compreensível para o público em geral.

As diretrizes ligadas a legibilidade enfatizam a importância de uma comunicação clara e direta, sugerindo o uso de frases curtas para que a leitura seja mais fácil e fluida. Também recomendam a escolha de palavras simples, evitando jargões técnicos, a menos que sejam realmente necessários e amplamente conhecidos pelo público-alvo. Organizar o texto de forma lógica, com parágrafos curtos e subtítulos claros, é fundamental para manter a estrutura bem definida, o que ajuda a guiar o leitor através do conteúdo. Usar a voz ativa torna as frases mais envolventes e diretas, enquanto variar o comprimento das frases ajuda a manter o ritmo e evita que o texto se torne monótono. Quebrar o texto em parágrafos

curtos faz com que a leitura seja menos cansativa e mais acessível, o que significa que o leitor pode se concentrar melhor nas ideias apresentadas. Além disso, apresentar informações complexas por meio de quadros e tabelas torna-as mais compreensíveis. Revisar e editar o texto são etapas essenciais para eliminar redundâncias, corrigir erros gramaticais e melhorar a fluidez. Receber feedback dos leitores é igualmente importante para identificar pontos que possam ser aprimorados, garantindo que o texto seja claro e fácil de entender. Por fim, usar ferramentas de legibilidade, como o índice de *Flesch* ou o *Gunning Fog Index,* pode ajudar a avaliar e melhorar a clareza do conteúdo, assegurando que a mensagem chegue da melhor forma ao público desejado.

Em paralelo, em alguns países estrangeiros, alguns investigadores concluíram que, apesar das especificidades impostas pelas IPSAS no que diz respeito à comunicação e divulgação de matérias importantes no Anexo, o *score* de legibilidade dos textos presentes nos relatórios continua com pontuação consideravelmente baixa quanto à qualidade do relato (Bradbury & Scott, 2018). Pesquisas realizadas por Bradbury & Scott (2018) mostram que a complexidade e a tecnicidade dos referidos excertos apresentados no Anexo das demonstrações financeiras podem ser um obstáculo significativo para a compreensão dos utentes menos especializados, ou seja, aqueles utilizadores que apresentem um menor nível de escolaridade ou conhecimentos técnicos de contabilidade.

Sabendo dos fatores constatados anteriormente, é possível verificar que, apesar da existência de normas específicas para o tratamento e divulgação de informações no Anexo, continuam existindo desafios que colocam em risco a legibilidade adequada das demonstrações financeiras. A generalidade dos temas tratados no Anexo das entidades públicas, que vão desde o referencial contabilístico adotado até os eventos subsequentes, passando por áreas de risco como Ativos Fixos Tangíveis (incluindo ativos em concessão), Créditos a Receber e Inventários, torna a elaboração deste demonstrativo complexa e morosa, exigindo dos preparadores das informações financeiras um grande entendimento das áreas a serem esmiuçadas e explanadas nos textos presentes (Smith & Taffler, 1992).

À exemplo do exposto anteriormente e relativamente à utilização do Anexo às Demonstrações Financeiras, Hendriksen e Van Breda (2012) argumentam que as vantagens associadas ao Anexo às DFs residem, em primeiro lugar, na possibilidade de inclusão de informações qualitativas que complementam os dados quantitativos,

oferecendo assim um contexto mais abrangente e completo acerca dessas demonstrações. Adicionalmente, o Anexo facilita a comunicação de ressalvas, limitações e incertezas relacionadas aos itens apresentados, promovendo, deste modo, um aumento na transparência das informações prestadas pelas entidades. Proporciona, também, um nível de detalhamento adicional sobre informações que, por sua natureza, não são adequadas para serem incluídas nos demonstrativos principais, permitindo ainda a divulgação de informações complementares, tanto de caráter quantitativo como descritivo, que se revelam essenciais para uma análise aprofundada e detalhada.

Por outro lado, existem algumas desvantagens associadas à utilização do Anexo. A complexidade e o detalhe das informações nele contidas podem dificultar a sua compreensão sem uma análise minuciosa, o que poderá levar à desconsideração destas informações por parte dos utilizadores desse. A descrição textual das notas explicativas pode dificultar o processo de tomada de decisão, particularmente quando comparada com a utilização de dados quantitativos, de natureza clara e objetiva. O aumento da complexidade das organizações pode resultar numa sobrecarga de notas explicativas, tornando-as extensas e, potencialmente, confusas. Por fim, o uso excessivo de textos pode desviar a atenção das informações mais relevantes presentes nas demonstrações financeiras principais, comprometendo assim a clareza e objetividade do relato.

A complexidade e a natureza técnica das informações contidas no referido demonstrativo podem comprometer a clareza e a compreensibilidade da informação a ser transmitida e como esta é interpretada pelos seus utentes. Além das áreas já referidas anteriormente à título de exemplo, matérias como a mensuração de ativos e passivos, eventos subsequentes, políticas contabilísticas, e divulgações de riscos financeiros exigem uma apresentação detalhada e clara para garantir que os *stakeholders* possam perceber plenamente a informação a ser transmitida. Além disso, a falta de uniformidade na aplicação das normas e a diversidade de práticas contabilísticas entre diferentes entidades públicas (por via dos diferentes entendimentos e interpretações das Normas) aumentam o desafio de garantir uma comunicação clara e transparente (Beattie *et al.*, 2004), sendo, portanto, crucial que a legibilidade das notas constantes no Anexo melhorem e desenvolvam, cada vez mais, o *accountability* dessas entidades.

No que diz respeito à qualidade da legibilidade das notas do Anexo às DFs, infere-se que este entendimento é de suma importância para a eficácia da compreensibilidade das

informações, especialmente das informações que estão em formato de texto. Baixos níveis de qualidade deste indicador, ou seja, quanto menor for o seu *score* de legibilidade, maior será a chance de enviesamento da perceção que os utentes têm da informação financeira (Smith & Smith, 1971). Considerando o fato de que a clareza na apresentação das informações financeiras é essencial para a tomada de decisões informadas por parte dos *stakeholders* (Jones e Showmaker, 1994), um alto nível (*score*) de legibilidade é fundamental.

Destarte, a qualidade da legibilidade da informação apresentada nas notas do Anexo é de suma importância para a correta perceção da realidade da entidade em dado período. Mais que números, as demonstrações financeiras das entidades públicas são um importante instrumento de controlo, gestão e *accountability* que deve ser utilizado e percebido, de forma adequada, por todos os seus utentes. Fatores como a pressão normativa sobre os gestores e servidores públicos, o ambiente externo afeto à entidade e a busca por bons resultados são determinantes para a qualidade do *readability* das informações fornecidas a partir do anexo destes demonstrativos contabilísticos (Verrecchia, 2001). Portanto, é essencial que as entidades públicas adotem práticas que assegurem a clareza e a compreensibilidade das informações contidas no Anexo, garantindo assim a transparência e a confiança dos *stakeholders*.

2.3. Desafios da Legibilidade das Demonstrações Financeiras

Os desafios para assegurar um alto nível de legibilidade das demonstrações financeiras das entidades públicas são numerosos e complexos. Como já referido anteriormente, a diversidade de práticas contabilísticas e a aplicação inconsistente das normas são frequentemente citadas como obstáculos significativos (Beattie et al., 2004). Adicionalmente, a pressão por conformidade regulatória pode resultar na inclusão de informações excessivamente detalhadas e técnicas, que dificultam a compreensão por parte dos utentes. Estas questões são exacerbadas pela necessidade de apresentar uma ampla gama de informações financeiras e não financeiras, que muitas vezes são complexas e inter-relacionadas. Infere-se, portanto, no âmbito das asserções acima, que os principais desafios associados à legibilidade das notas do Anexo das EPRs incluem quatro grandes áreas de dificuldade. Em primeiro lugar, destaca-se a diversidade de práticas contabilísticas, que se refere à variação na aplicação das normas contabilísticas

entre diferentes entidades, dificultando a comparabilidade e a uniformidade na apresentação das informações presentes nas DFs de cada uma. Em segundo lugar, a conformidade regulatória impõe a inclusão de informações detalhadas e técnicas nas notas para atender às exigências regulamentares, o que pode dificultar a sua compreensão pelos utilizadores menos familiarizados com leis e regulamentos do setor. O terceiro desafio é a complexidade técnica, que decorre do uso de terminologia técnica e complexa nas notas explicativas, dificultando a interpretação das informações a serem transmitidas, especialmente para utilizadores que não possuam conhecimentos especializados/técnicos em contabilidade pública. Finalmente, a amplitude de informações refere-se à necessidade de apresentar, nas notas explicativas, tanto informações financeiras como não financeiras que muitas vezes são complexas e inter-relacionadas, aumentando o grau de dificuldade de compreensão e a carga de informação a ser processada pelos utilizadores.

Pelos fatos evidenciados anteriormente, torna-se, cada vez mais, hermético atingir um dos principais objetivos e pilares da contabilidade: o da evidenciação. Evidenciar, na etimologia da palavra, traz consigo a ideia de tornar algo claro, visível, ou aparente, de modo que possa ser facilmente visto ou compreendido pelos usuários, nesse caso, das Demonstrações Financeiras das entidades públicas reclassificadas. A evidenciação é, portanto, um tema relevante para o setor público, uma vez que se trata de uma das principais maneiras de as entidades se comunicarem com os seus *stakeholders* (Atkison, 2011).

A divulgação de informações, no Anexo, tem a principal função de auxiliar os utentes (gestores, sociedade civil e Estado, por exemplo) na compreensão dos números e na tomada de decisões informadas. Por um lado, a sociedade civil busca transparência e *accountability*, permitindo que os cidadãos acompanhem a utilização e destinação dos recursos públicos, identifiquem possíveis sinais de corrupção, participem ativamente no controle e gestão pública, avaliem a eficiência e eficácia das políticas públicas implementadas nas entidades, assegurem a sustentabilidade financeira do Estado e tomem decisões informadas sobre alocação de recursos e prioridades de investimento. Por outro, os gestores públicos e o próprio Estado têm interesse nas informações contidas no referido demonstrativo pelo fato de que essas permitem, sobretudo, a tomada de decisões informadas sobre a alocação e gestão dos recursos públicos, promovendo eficiência e eficácia administrativa, fortalecendo a confiança pública, o que garante conformidade

com normas legais e regulatórias, avaliando também o desempenho das políticas públicas implementadas e apoiando a sustentabilidade dessas entidades a longo prazo.

Li (2008) infere que o correto entendimento das informações a serem transmitidas nas Demonstrações Financeiras depende, em parte, de quão entendido o leitor é ao interpretar os dados contabilísticos. Desta forma, é necessário conhecer e entender o perfil do leitor que irá, efetivamente, utilizar do Anexo para a tomada de decisões.

O nível de divulgação ou a quantidade de informação a ser apresentada pode ser descrito através dos conceitos de divulgação adequada, justa e completa. A divulgação adequada tem um propósito preventivo, garantindo que apenas o volume necessário de informações seja divulgado para evitar a confusão dos usuários. Por sua vez, a divulgação justa busca assegurar que todos os potenciais usuários tenham acesso igualitário às informações. Já a divulgação completa implica que todas as informações relevantes sejam incluídas, contudo alguns críticos alertam para o risco de incluir dados desnecessários ou excessivos que possam alterar a perceção efetiva da informação a ser transmitida (Hendriksen & Van Breda, 2012). Neste âmbito, Iudícibus (2010), argumenta que não deve existir disparidades entre as divulgações adequada, justa e completa, uma vez que a informação divulgada ao usuário necessita ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e completa quanto à ênfase da informação a ser evidenciada. A informação não deve ser, portanto, algo que não seja relevante para a tomada de decisões, atendendo ao princípio essencial da materialidade (Caperchione, 2003).

Ao relacionar o princípio da evidenciação contabilística, percebe-se que um dos principais desafios da divulgação adequada está na materialidade das informações contidas no textos. A materialidade refere-se à importância relativa de uma informação financeira para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações, o que implica que apenas os dados significativos devem ser destacados, evitando a sobrecarga de informações irrelevantes. Como argumentam Verrecchia (2001) e Leuz & Schrand (2009), a qualidade do relato financeiro está intrinsicamente ligada à materialidade das informações divulgadas, posto que relatórios que priorizam a materialidade são mais eficientes em comunicar os dados cruciais e realmente necessários para os *stakeholders*, eliminando redundâncias e evitando a sobrecarga de informações já referida anteriormente.

Em Portugal, a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) destaca a importância da transparência e clareza na divulgação das informações contidas no Anexo das DFs do setor público, embasada essencialmente no Decreto-Lei n.º 192/2015, que reforça os requisitos de apresentação e divulgação financeira (POCAL para SNC-AP), enfatizando que as Normas de Contabilidade Pública (NCP), alinhadas com as normas internacionais IPSAS, requerem que as informações sejam compreensíveis e relevantes, assegurando que apenas dados materialmente significativos sejam incluídos, evitando a divulgação de informações desnecessárias.

2.4. Fatores que Influenciam a Legibilidade

A legibilidade dos textos presentes nas notas do Anexo às demonstrações financeiras é influenciada por uma série de fatores internos e externos à entidade. Internamente, a estrutura e cultura organizacional desempenham papéis significativos, tendo, por exemplo, Argenti (1976) e Kane *et al.* (2005) identificado que boas práticas de governança e gestão estão associadas a uma maior clareza na comunicação financeira, tanto para utentes internos ou externos. Externamente, o ambiente macroeconómico e as mudanças regulatórias também têm impactos consideráveis, pelo que estudos mostram que crises financeiras, como a de 2008-2009, levaram a uma maior ênfase na transparência e clareza das informações financeiras divulgadas pelas entidades, sejam elas do meio público ou privado (Ryan, 2008).

Os fatores internos e externos que influenciam diretamente a legibilidade dos textos desempenham um papel crucial na clareza e transparência das informações. Como já referido anteriormente, internamente, a cultura corporativa se destaca ao implementar práticas de governança que melhoram significativamente a clareza e a transparência, o que, por sua vez, eleva os índices (*score*) de *readability*. A estrutura organizacional também é um fator interno relevante, pois influencia diretamente a consistência da informação, garantindo que o conteúdo seja coeso e compreensível. Externamente, a regulação impõe uma maior exigência de transparência, obrigando as organizações a manterem altos padrões de clareza nas suas comunicações. Além disso, crises financeiras, enquanto fatores externos, tendem a direcionar o foco das organizações para a clareza e a transparência, como forma de manter a confiança e a credibilidade diante de seus *stakeholders*.

Um dos principais fatores que afetam a legibilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras é, portanto, a complexidade da linguagem utilizada. Pesquisas como as conduzidas por Jones e Shoemaker (1994) indicam que o uso excessivo de "jargões" técnicos e termos específicos do campo da contabilidade pode dificultar a compreensão dos documentos por parte do público em geral, recomendando a adoção de uma linguagem mais simples e acessível para aumentar a clareza das informações.

Além disso, a estrutura das sentenças desempenha um papel significativo. Estudos de Courtis (1995) mostraram que frases longas e complexas tendem a ser mais difíceis de compreender. Courtis argumenta ainda que a utilização de frases curtas e diretas pode melhorar significativamente a clareza dos relatórios financeiros, facilitando a leitura e mantendo o interesse e foco do leitor.

A organização do texto é outro fator crucial. Trabalhos como os de Smith e Taffler (1992) destacam a importância de uma estrutura bem definida, com parágrafos curtos e subtítulos claros, para guiar o leitor através das informações apresentadas. Uma boa organização do texto facilita a localização de informações específicas e contribui para uma melhor compreensão geral da informação a ser transmitida. Além disso, a escolha entre voz ativa e voz passiva tem influência direta na legibilidade. Pesquisas indicam que a voz ativa torna as frases mais dinâmicas e fáceis de entender, enquanto a voz passiva pode tornar o texto mais confuso e menos envolvente. Smith e Taffler (1992) enfatizam ainda que a preferência pela voz ativa pode resultar em uma leitura mais fluida e clara.

A utilização de ferramentas visuais, como tabelas, gráficos e listas, pode ajudar a esclarecer informações complexas. Essas ferramentas permitem que os dados sejam apresentados de maneira mais organizada e acessível, facilitando a compreensão. Estudos de Linsley e Shrives (2006) mostraram que a inclusão de gráficos e tabelas nas demonstrações financeiras pode melhorar significativamente a legibilidade e a compreensão das informações apresentadas. Outro aspeto importante é a densidade da informação. Trabalhos de Moreno e Casasola (2016) sugerem que a sobrecarga de informações em um único documento pode dificultar a compreensão, recomendando a divisão das informações em seções mais gerenciáveis e a utilização de resumos executivos para fornecer uma visão geral clara e concisa dos dados financeiros.

A uniformidade terminológica também é essencial para o desenvolvimento da legibilidade. Estudos de Bonsón e Escobar (2006) indicam que a inconsistência no uso de

termos técnicos pode confundir os leitores e dificultar a compreensão. A adoção de glossários e a padronização dos termos utilizados nas DFs são recomendadas para melhorar a clareza. Beattie, McInnes, e Fearnley (2004) destacam que a revisão e a edição cuidadosas dos textos são fundamentais para eliminar erros gramaticais e redundâncias, que podem prejudicar a clareza e o *readability* das notas explicativas. A revisão rigorosa, por parte dos preparadores de informação, garante ainda que o texto seja coeso e claro, facilitando a compreensão pelos utentes.

A perceção dos usuários é um fator crítico e de suma importância para a legibilidade. Estudos de Clatworthy e Jones (2001) exploraram como a perceção dos usuários sobre a clareza dos relatórios financeiros pode influenciar diretamente a sua compreensão, chegando a conclusão que relatórios percebidos como claros e bem organizados são mais propensos a serem compreendidos corretamente pelos usuários, destacando a importância de considerar o *feedback* dos leitores na elaboração das demonstrações financeiras, como já referido anteriormente.

O contexto cultural em que a entidade está inserida também deve ser considerado. Pesquisas de Villiers e Staden (2011) mostram que as preferências de leitura e a compreensão de textos podem variar significativamente entre diferentes culturas. Os autores sugerem ainda que as entidades públicas devem considerar essas diferenças ao redigir suas demonstrações financeiras, dada a diversidade de utentes que utilizam os referidos demonstrativos a fim de tomarem decisões.

A evolução tecnológica tem impacto significativo no *readability* e é um tema cada vez mais atual. Bonsón e Escobar (2006) discutem como a digitalização e a apresentação online das demonstrações financeiras alteraram a forma como as informações são consumidas. Embora a digitalização tenha aumentado a acessibilidade, ela também introduziu novos desafios relacionados à clareza e à organização das informações.

Além disso, durante períodos de crise económica, a complexidade dos relatórios financeiros tende a aumentar. Linsley e Shrives (2006) analisaram como as demonstrações financeiras mudaram durante essas crises, concluindo que a complexidade dos relatórios dificulta a compreensão, sugerindo que, durante esses períodos, é ainda mais importante simplificar a linguagem e estruturar claramente as informações.

A cultura corporativa e a pressão sobre os gestores também influenciam diretamente a legibilidade dos textos presentes nas demonstrações financeiras, ao passo que estudos

indicam que em ambientes onde há uma cultura de transparência e comunicação clara, as demonstrações financeiras tendem a ser mais legíveis. Por outro lado, em organizações onde os gestores enfrentam pressão para apresentar resultados financeiros de maneira mais favorável, pode haver uma tendência negativa a complicar a linguagem e a estrutura dos relatórios para, de certa forma, "maquilhar" informações ou dados que não sejam positivos para a entidade ou para a própria gestão. A cultura organizacional, portanto, desempenha um papel fundamental na forma como as informações são comunicadas.

A padronização dos relatórios financeiros é outra recomendação comum. Estudos de Beattie, McInnes, e Fearnley (2004) sugerem que a adoção de formatos padronizados pode melhorar a clareza e facilitar a comparação entre diferentes entidades. Argumentam ainda que padrões consistentes ajudam os leitores a encontrar e compreender as informações mais facilmente. Finalmente, a formação contínua dos profissionais que redigem as demonstrações financeiras é crucial. Clatworthy e Jones (2001) ressaltam que a formação e treinamento específico em técnicas de redação clara e eficaz pode melhorar significativamente a qualidade dos relatórios financeiros.

Na Tabela 1 são apresentados os principais fatores que impactam, de forma positiva ou negativa, a legibilidade dos textos.

Tabela 1. Fatores com Influência Direta no *Score* de Legibilidade

Fatores	Impactos
Complexidade da Linguagem e Jargões Técnicos	Aumenta a dificuldade de compreensão para o público em geral, recomendando-se uma linguagem mais simples e acessível para melhorar a clareza (Jones e Shoemaker, 1994).
Estrutura das Sentenças e Frases Curtas	Frases longas e complexas tornam a leitura mais difícil; frases curtas e diretas melhoram a clareza e mantêm o interesse do leitor (Courtis, 1995).
Organização do Texto e Estrutura Bem Definida	Uma estrutura bem definida com parágrafos curtos e subtítulos claros facilita a localização de informações específicas e melhora a compreensão geral (Smith e Taffler, 1992).
Voz Ativa vs Voz Passiva	A voz ativa torna o texto mais dinâmico e fácil de entender, enquanto a voz passiva pode tornar o texto confuso e menos envolvente (Smith e Taffler, 1992).

Ferramentas Visuais e Densidade da Informação	Tabelas, gráficos e quadros esclarecem informações complexas; a sobrecarga de informações em um único documento pode dificultar a compreensão, recomendando-se a divisão em seções gerenciáveis (Linsley e Shrives, 2006; Moreno e Casasola, 2016).
Uniformidade Terminológica e Revisão	A inconsistência nos termos técnicos pode confundir os leitores; a revisão cuidadosa elimina erros gramaticais e redundâncias, melhorando a clareza (Bonsón e Escobar, 2006; Beattie, McInnes, e Fearnley, 2004).
Perceção dos Usuários e Feedback	Relatórios claros e bem organizados são mais compreendidos; considerar o feedback dos leitores ajuda a melhorar a clareza (Clatworthy e Jones, 2001).
Contexto Cultural	Preferências de leitura e compreensão variam entre culturas; considerar essas diferenças melhora a acessibilidade das demonstrações financeiras (de Villiers e Staden, 2011).
Evolução Tecnológica e Acessibilidade	A digitalização aumentou a acessibilidade, mas introduziu desafios de clareza e organização; uma apresentação bem estruturada é crucial (Bonsón e Escobar, 2006).
Crise Econômica e Simplicidade	Em períodos de crise, a complexidade dos relatórios aumenta, dificultando a compreensão; simplificação da linguagem é essencial (Linsley e Shrives, 2006).
Cultura Corporativa e Pressão sobre Gestores	Ambientes com cultura de transparência melhoram o readability; pressão para apresentar resultados pode levar a uma linguagem complexa para obscurecer informações (Estudos diversos).
Padronização e Formação Profissional	Formatos padronizados melhoram a clareza e facilitam comparações; treinamento em redação clara é essencial para a qualidade dos relatórios (Beattie, McInnes, e Fearnley, 2004; Clatworthy e Jones, 2001).

Fonte: Elaborada pelo Autor.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa visa responder às questões propostas por meio da aplicação de procedimentos organizados e racionais, fundamentados nos conhecimentos disponíveis e na utilização de métodos científicos apropriados (Lakatos & Marconi, 2003).

A metodologia define os caminhos, formas, métodos, procedimentos e modelos necessários para alcançar os objetivos definidos. Trata-se de um estudo que detalha os instrumentos utilizados para coletar as informações essenciais para atingir as metas da pesquisa (Richardson, 1999).

De acordo com Minayo (2001), a metodologia tem como objetivo melhorar os procedimentos e critérios empregados na investigação científica.

Refere-se ainda que, como já abordado no Capítulo 1, o presente estudo tem como objetivo analisar o nível de legibilidade das notas do Anexo das demonstrações financeiras de uma amostra de EPRs e identificar quais características dessas entidades, como o tamanho da entidade e a tangibilidade dos ativos, bem como fatores externos, como a pandemia da COVID-19 e o tamanho do município em que se localizam, influenciam diretamente a legibilidade. A análise será conduzida a fim de verificar como esses fatores afetam a clareza e a acessibilidade das informações divulgadas, permitindo assim um entendimento mais profundo dos aspetos que determinam a qualidade do relato financeiro das entidades estudadas.

Neste capítulo, portanto, são apresentados e discutidos os procedimentos que orientaram este trabalho, abordando a caracterização e a tipologia da pesquisa, a seleção da amostra, as etapas metodológicas e o tratamento dos dados coletados.

3.1. Variáveis do Estudo e Modelo Econométrico

A variável dependente desde estudo é a legibilidade da informação contida nas notas do Anexo das entidades objeto da investigação. Essa variável será medida por meio de métricas que avaliam a compreensibilidade e a clareza das informações apresentadas nos relatórios contabilísticos. Quanto maior for a pontuação nessas métricas, maior será a legibilidade das informações. Como variáveis independentes, considerou-se tanto características dessas entidades (i.e., tamanho da entidade e tangibilidade dos ativos) e

outros fatores externos (pandemia da COVID-19 e o tamanho do município) que podem influenciar diretamente o *readability* da informação contabilística analisada.

O modelo econométrico proposto é representado pela Equação (1):

$$Readability_{it} = \alpha + \beta_1 Tangibilidade_{it} + \beta_2 Tamanho\ (AT)_{it} + \beta_3 COVID_{it} + \beta_4 Tamanho_Hab_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

onde, *Readability* representa o nível de legibilidade das notas do Anexo às DFs das entidades públicas *i*, no ano *t*. A *Tangibilidade* mede a proporção de ativos fixos tangíveis em relação ao total de ativos da entidade, refletindo o grau de tangibilidade dos ativos. O Tamanho (*AT*) refere-se ao tamanho da entidade, medido pelo logaritmo natural do total de ativos registrados no balanço. A variável *COVID* é uma variável binária que indica se o período analisado ocorreu durante a pandemia de Covid-19 (1 para os anos de pandemia: 2020 e 2021, e 0 para os demais). O *Tamanho_Hab* refere-se ao tamanho do município onde a entidade está localizada, medido pelo logaritmo natural do número total de habitantes, com base nos dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Além dessas variáveis principais inerentes ao modelo, a presente pesquisa também analisa de forma adicional medidas relacionadas à legibilidade dos textos, como o *Total de Palavras* (TP), que se refere ao número total de palavras presentes nas notas explicativas do Anexo das Demonstrações Financeiras, sendo um indicativo do volume de informações apresentadas; *Total de Sentenças* (TS), que reflete o número total de sentenças, o que contribui para a avaliação da complexidade estrutural do texto; *Total de Sílabas* (TSI), que quantifica o número total de sílabas nas palavras do texto, sendo um fator relevante na análise de legibilidade; por fim, o *Total de Palavras Complexas* (TPC), que mede o número de palavras com três ou mais sílabas, que são associadas a textos mais difíceis de ler.

Ressalta-se ainda que Equação (1) foi estimada utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), controlado por efeitos fixos de ano. Para corrigir a heterocedasticidade presente nos termos de erro, foi aplicada a correção de erros robustos conforme White (1980). Além disso, todas as variáveis contínuas foram winsorizadas nas caudas de 1% e 99% para evitar a influência de *outliers*.

3.2. Seleção da amostra

A amostra selecionada para o desenvolvimento do presente estudo é composta por dezoito EPRs, escolhidas com base em um julgamento de relevância e acesso a dados. O ponto de partida para a seleção foi a lista de Classificadores e Tabelas referente ao Orçamento do Estado (OE) de 2021, fornecida pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), que contém, além de outras entidades, as EPRs do setor público reclassificado. A partir disso, foram selecionadas aquelas que compreendiam, à data, o Ministério da Saúde e vinculadas ao Programa Orçamental da Saúde. Infere-se, ainda, que foram consideradas para o processo de amostragem tanto as EPRs em Regime Geral (EPRs – RG), como as em Regime Simplificado (EPRs – RS).

Após esse primeiro filtro, encontrou-se uma amostra inicial de quarenta e quatro entidades. Adicionalmente, foram excluídas da amostra inicial as entidades que compreendiam as Unidades Locais de Saúde (ULS), os Institutos, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e os Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUMH). Após isso, a amostra foi reduzida para trinta entidades, compreendendo apenas os Hospitais e Centros Hospitalares.

Infere-se que, das trinta entidades mencionadas acima, sete foram excluídas por não apresentarem dados para todos os períodos (2019-2022), quatro por não apresentarem o Relatório & Contas legível e uma por não apresentar as contas para o ano de 2021 devidamente assinadas. Com base nessa seleção, a amostra final foi composta por dezoito EPRs, como evidenciado na Tabela 2.

Além disso, na Tabela 2, é possível verificar, para a totalidade da amostra, o número de habitantes por município (dados do INE 2021), bem como a área geográfica classificada pelo Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) II no qual está localizada a entidade.

Tabela 2. Entidades por nº de habitantes e por NUTS II

Entidade	Nº Habitantes	Norte	Centro	Algarve	Alentejo	Lisboa	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira
Centro Hospitalar Lisboa Norte	545 245					**x**		
Centro Hospitalar Universitário do Algarve	459 532			**x**				
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia	304 984	**x**						
Centro Hospitalar de São João	237 559	**x**						
Centro Hospitalar Universitário de Santo-António	237 559	**x**						
Hospital de Braga	181 479	**x**						
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental	175 136					**x**		
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca	175 136					**x**		
Hospital Garcia de Orta	174 030					**x**		
Centro Hospitalar Universitário de Coimbra	143 393		**x**					
Centro Hospitalar de Leiria	123 235		**x**					
Hospital de Santa Maria Maior	123 235	**x**						
Centro Hospitalar Tondela-Viseu	99 552		**x**					
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa	72 149	**x**						
Hospital Distrital da Figueira da Foz	62 125		**x**					
Hospital Dr. Francisco Zagalo	54 753		**x**					
Centro Hospitalar do Médio Tejo	40 753				**x**			
Hospital da Horta	14 994						**x**	

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A seleção de um único subsetor, no caso do presente estudo, o da saúde, visa proporcionar a seleção de um grupo definido com atributos e características similares, propiciando a comparabilidade dos dados entre as entidades selecionadas.

A Tabela 3 apresenta as entidades da amostra com a respetiva variação no Ativo total durante o período em análise.